

O NOVO ENSINO MÉDIO PAULISTA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA, O TRABALHO DOCENTE E OS ESTUDANTES

Maria José S. Fernandes – Unesp – mj.fernandes@unesp.br

Leonardo Crochik – IFSP - crochik@gmail.com

Márcia Regina da Silva – Escola Estadual Profª Maria José Antunes Ferraz

Em 2017 foi aprovada a Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) que acarretou em significativas alterações nesta etapa de escolaridade: redução de disciplinas obrigatórias, definição do currículo por meio da Base Nacional Comum Curricular; exigência dos itinerários formativos; alteração na carga horária e destaque ao projeto de vida dos estudantes. Embora as redes de ensino tivessem até 2024 para concluir o processo, o estado de São Paulo adiantou-se e iniciou em 2021, em plena pandemia, o chamado Novo Ensino Médio (NEM). A nova configuração do NEM trouxe enormes desafios ao trabalho docente e à organização da escola, além dos já previstos prejuízos à aprendizagem dos estudantes.

Historicamente o EM tem sido uma etapa com reconhecidos desafios e questionamentos sobre sua identidade e finalidade (SPÓSITO E GALVÃO, 2004). Entretanto, sua reforma atropelou os anseios populares de uma proposta mais adequada e democrática. No atual ano, com um ciclo completo de estudantes vivenciando o NEM, são muitos os problemas e desafios identificados. Neste sentido, o objetivo é problematizar questões decorrentes dessa implementação numa escola pública estadual de São Paulo que participa de uma pesquisa-ação que visa construir e implementar, num processo democrático, crítico, criativo e autônomo, propostas curriculares para o NEM.

A escola faz parte de um grupo reduzido de unidades que funcionam no período noturno. Desafios apontados por documentos oficiais (SÃO PAULO, 1992), por pesquisas de décadas anteriores (PEREIRA, 1969) e enfrentados por projetos governamentais (SÃO PAULO, 1984) persistem no tempo nesta escola noturna e foram aprofundados com o NEM e seu desenho curricular que desestruturou o trabalho docente e a organização pedagógica, com prejuízos aos estudantes.

A organização pedagógica ficou comprometida pela imensa dificuldade em atribuir aulas previstas nos Itinerários Formativos que compõem a carga horária. A rotatividade docente problematizada por Dias-da-Silva e Fernandes (2006) tornou-se mais constante, desorganizando o tempo e espaço escolar. Em busca de melhores condições de trabalho e muitas vezes fugindo de aulas de itinerários formativos (sem objetivos e conteúdos claros e nem relacionados diretamente com a área de formação) os professores saem de uma escola para outra, antes mesmo de construir vínculos com a comunidade escolar, numa visível impossibilidade de efetivo trabalho coletivo. Há a própria competição pela existência do Programa de Ensino Integral (PEI) que por suas condições de trabalho mais favoráveis (GIROTTI; JACOMINI, 2019) atraem docentes das escolas não pertencentes ao programa. Num contínuo processo de busca de docentes, a gestão escolar acaba por atribuir aulas a bacharéis ou estudantes de licenciatura que conhecem pouco a estrutura de funcionamento da rede e a organização do NEM, demandando novo trabalho para a inserção e acompanhamento pedagógico. Agrava-se a situação com os docentes que acumulam cargos em diferentes redes e enfrentam dificuldades em conciliar as demandas intensas e extensas do trabalho.

A organização pedagógica fragiliza-se ainda pela atribuição de aulas a professores sem formação específica e compatível com os componentes curriculares: professores de Educação Física assumem aulas de componentes associados a História; professores de Artes de Língua Portuguesa etc. Sem contar a dificuldade para atribuir aulas de componentes ligados às ciências da natureza, problema já crônico, e agravado pela baixa atratividade da docência em função de baixos salários e ausência de carreira adequada (BARBOSA, 2011).

Do ponto de vista dos estudantes, grande parte trabalhadores, há grande frustração com o NEM. Embora tentem parecer atraentes, os itinerários formativos não correspondem às expectativas oficialmente criadas. Os aprofundamentos em áreas específicas do conhecimento também não são adequadamente oferecidos, negando-se conhecimentos científicos àqueles que mais precisam da escola. Os estudantes são também surpreendidos por uma quantidade grande de componentes curriculares que precisam cursar. Cada itinerário formativo é composto por 6 unidades curriculares semestrais, que, por sua vez, são compostas por 4 a 5 componentes, de maneira que os estudantes são levados a cursar algo entre 25 e 30 componentes curriculares distintos.

Não surpreende a impressão de superficialidade diante de tamanha fragmentação, com estudantes passando por cada componente curricular, como quem assiste a uma reportagem, em uma relação apassivadora.

Por fim, a expansão da carga horária prevista legalmente ocorre, em grande medida com aulas remotas, no período vespertino e de frequência improvável ao estudante trabalhador; dessa forma, das duas aulas de um componente curricular, o estudante só tem acesso efetivo a uma delas. Há uma carga horária fictícia, prometida e não cumprida.

Este complexo cenário vivido pela escola traz indícios de uma política educacional que, apoiada na desorganização pedagógica e na fragilidade do trabalho docente, não promove o desenvolvimento dos estudantes e a superação do fracasso escolar.

Palavras-chave: Ensino Médio; Trabalho Docente; Organização Escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andreza. *Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente*. Brasília: Liber Livro, 2011.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F; FERNANDES, M. J. S. As condições de trabalho dos professores e o trabalho coletivo: mais uma armadilha das reformas educacionais neoliberais? In: Seminário da Redestrado, VI, 2006. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2006.

GIROTTI, E., JACOMINI, M. (2019). Entre o discurso da excelência e a lógica do controle: os riscos do Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo. *Revista de Ciências Da Educação*, 87– 113. <https://doi.org/10.19091/reced.vi0.822>

PEREIRA, J. B. B. *A escola secundária numa sociedade em mudança: interpretação socioantropológica de uma experiência administrativa*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 1512/1992 sobre o Projeto de implantação da Organização Administrativa e Pedagógica da Escola em Período Noturno: Alternativas de Flexibilização Curricular - Organização Semestral e Matrícula com dependência.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 54/1984 que dispõe sobre a organização técnico-administrativa e pedagógica de ensino de 1º e 2º graus da rede estadual no período noturno.

SPOSITO, M. P.; GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 345-380, jul./dez. 2004.